

JUSTINIANO DE SERPA

ANANIAS SERPA

A 6 de Janeiro de 1956 faz cem anos que num sítio chamado Angelim, distante três quilômetros da vila de Aquirás, antiga sede da Capitania do Ceará Grande, sua capital por dilatados anos, desde sua designação pelo Governador Geral de Pernambuco, em 25 de Janeiro de 1700, ao qual estava sujeita, nasceu Justiniano de Serpa, que pelo seu esforço, talento e estudo de auto-didata de tão pequena e pobre estirpe, desde os primeiros anos na escola primária demonstrava o gigante que pelo só esforço seu havia de ser. Filho de pais humildes, Manoel da Costa Marçal e Maria da Penha de Jesus, fez-se por si, pelo seu esforço e talento, auto-didata em tudo.

Rendendo a sua excelsa memória a homenagem destas desataviadas notas, aquele dos menores de seus parentes — The last but not the least — quer apenas com isso prestar àquela figura extraordinária e genial, pelos filhos e parentes que o adoravam e reverenciavam a memória, o culto ao fundador verdadeiro da sua Família que até para se mostrar feito por si mesmo, com os alicerces da sua mão de obra, adotou com todos os irmãos: Manoel, Cosme e Antônio, falecidos todos, o nome de Serpa em detrimento de qualquer outro, para sobreviverem ou se dissiparem na poeira dos vendavais da vida. E isso foi resolução tomada quase criança, ainda na idade escolar. Nem foi por orgulho ou afronta que nessas almas só se alinhavam a bondade, o zelo e o pendor ao sacrifício pelo trabalho.

É com estas toscas notas tem-se ainda em vista chamar a atenção dos moços, sobretudo dos pobres e desembaraçados da fortuna material, para o exemplo da germinação por sua própria força, por sua seiva predestinada, daquele que “humilde filho do povo, paupérrimo, desprotegido, que em suas viagens carregava no fundo do chapéu de palha a carta de *a b c* em que aprendia a ler”, na expressão maviosa desse divino poeta que foi Antônio Salles, discursando na inauguração do busto de Justiniano em frente do edifício da Es-

cola Normal, por aquele mandado construir no Outeiro, em Fortaleza, obra do escultor Correia Lima e feito erigir pelo incorruptível Ildefonso Albano, então Presidente do Ceará.

E era também aos moços que o poeta Antônio Sales, orador no ato da inauguração daquele busto apontava tão nobre exemplo a seguir assim: “Aqui o tendes, ó moços da minha pátria, vivo e magnânimo sob a aparência inerte de uma figura de bronze. A inteligência que o fez brilhar e agir, não se extinguiu com a sua vida, porque os grandes espíritos são essências divinas que formam o tesouro indestrutível do pensamento humano. A vida de Justiniano de Serpa é um dos belos exemplos que se podem apresentar aos moços, sobretudo aos que como ele não dormiram em berço de rendas nem comeram papa em colher de prata. E comparando a humildade de sua origem com a grandeza do seu destino que se tem a noção exata do seu destino que se tem a noção exata do seu valor. . . Às vezes, uma ave que passa a voar deixa cair do bico um grão em terreno maninho ou na fenda de uma pedra: uma bâtega casual humedece aquele ponto, a semente se entumece, medra e entra a vegetar humildemente, graças à esmola periódica de outras regras. Mas cresce. revigora-se, frondesce e acaba por se tornar uma árvore magnífica, que se cobre de flores e de frutos. . .

“A história dessa árvore é semelhante à da vida de Justiniano de Serpa. . . Foi a justa confiança no seu valor, a nobre ambição de ser alguém que o fez caminhar e dominar um a um todos os inúmeros e dolorosos impecilhos opostos à eclosão de sua inteligência e da sua atividade. . .” (Discursos sobre a personalidade de Justiniano de Serpa *In Memoriam*, mandados publicar pelo Presidente do Ceará, Ildefonso Albano, 1924, Fortaleza, of. Gráficas “Diário do Ceará”).

Com poucos anos de idade, vinha todos os dias, fazer os estudos primários na Escola do conceituado professor daquela Vila de Aquirás, Tristão Pacheco Spinosa.

Apenas deixou a escola primária foi para a Capital da então Província do Ceará, Fortaleza, onde empregou-se como “caixeiro” no comércio.

Depois pela curiosidade que o assaltou de saber como se faziam livros — são notas que temos escritas do seu punho — fez-se aprendiz de tipógrafo nas oficinas do jornal *Pedro II* — (do qual mais tarde foi redator-chefe). Tinha então apenas 17 anos de idade.

Adoecendo, voltou a Aquirás, onde foi, a pequenos intervalos, “caixeiro”, professor particular de primeiras letras, comerciante retalhista, etc.

Em julho de 1875 seguiu para Aracatí, na mesma Província, como caixeiro-guarda-livros. Ali, onde fez relações com Júlio César e outros homens de letras, assim como com a melhor sociedade do lugar, demorou-se apenas quatro meses.

Regressou ao Aquirás, a chamado de parentes que lhe obtiveram o lugar de escrivão da sua delegacia e do Juízo de paz. Logo em seguida foi nomeado escrivão interino do Júri. Ai, casou-se com sua idolatrada esposa Ana de Serpa que companheira e amiga lhe sobreviveu.

Em janeiro de 1877 foi nomeado Secretário da Câmara de Aquirás, lugar que exerceu até 1881, quando a Câmara Municipal passou aos adversários políticos que aliás o quiseram conservar e que só o destituiram por ter deixado de ir à sessão se escusando para poder ser demitido. A esse tempo exerceu os lugares de Tabelião interino, Curador de orfãos. etc.

Em 1881 foi nomeado pelo Presidente Leão Vellozo, que governava com o partido oposto, Escrivão da Coletoria de Messejana. Recusou imediatamente.

Nesse mesmo ano de 1881 provisionou-se advogado e foi eleito Deputado à Assembléa Legislativa provincial pelo 1.º Distrito, na vigência da Lei Saraiva (eleição direta), sendo o mais votado dos eleitos, gozando da estima e confiança do Presidente Caio Prado.

Foi o “leader” de sua bancada, não obstante ser o mais moço dos Deputados — tinha apenas 24 anos de idade. — Durante todas as sessões de 1882 a 1889, quando a Assembléa Legislativa Provincial foi dissolvida pela Revolução vitoriosa da Proclamação da República. Tinha nesse período deixado de ser reeleito apenas em um biênio, por “carecer de um emprego” para concluir o seu curso acadêmico no Recife. Tinha feito os preparatórios nas Escolas Superiores — de 1882 a 1884.

Em 1885 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Ai formou-se, recebendo o grau de Bacharel em ciências jurídicas e sociais, com distinção, aos 19 de novembro de 1888.

Abolicionista denodado, foi socio fundador e 1.º Secretário da Sociedade Libertadora Aquirasense, fundada em 1880 e logo após a instalação da Sociedade Cearense Libertadora, em Fortaleza, ao mudar-se para essa Capital da Província, foi sócio e diretor desta última Associação, tendo como companheiros, João Cordeiro, Antônio Martins, e outros abnegados, seus consócios de ideais.

Foi também seu advogado e representante como orador em muitos atos judiciais e festas cívicas.

Não era abolicionista somente de pregação idealística; não! Por sua atuação destemida e ininterrupta fez a libertação dos escravos do Aquirás, fato realizado em 28 de maio de 1884; foi o autor, além doutras resoluções legislativas, do projeto revolucionário que depois foi a lei de 19 de outubro de 1884, sancionada pelo Presidente Dr. Sátiro d'Oliveira Dias que a denominou, em belíssimo discurso numa festa do Liceu Cearense "tiro de honra na escravidão" da Província.

Por esse tempo foi declarado sócio benemérito de muitas associações abolicionistas da Província e de outros pontos do país. Foi nesse tempo, pregando pela abolição dos escravos no Brasil, que se fez grande orador, que empolgava com a magia da sua palavra a quantos o ouviram.

Jornalista feroso e fulgurante apareceu na imprensa em 1876, primeiro por cúmulo de modéstia e timidez, sob vários pseudônimos, e depois como redator responsável.

Dessa época até 1880 escreveu na *Revolução* e na *Constituição*.

Foram por essa época publicados escritos seus, de feição literária no jornal *Cearense*, mas mandados inserir por amigos seus.

De 1882 em diante começou a fazer parte da redação da *Constituição*, órgão conservador... então brilhantemente dirigido pelos Drs. Paulino Nogueira, Frederico Borges, Antônio Pinto de Mendonça e outros.

O seu maior contentamento, dizia em palestra de intimidade foi ser escolhido, nessa época, por indicação do Dr. Paulino Nogueira, em reunião dos vultos mais salientes do partido Conservador (chefiado pelo Barão de Ibiapaba) e presente todo o pessoal da redação, para escrever um artigo sobre a política nacional, a qual depois foi aceito e mandado publicar, sem correção em resposta ao jornal *Pdvo II* então confiado à pena adestrada e brilhante de talentoso jornalista.

Foi também por essa época (1882) redator do *Libertador*. Desse jornal, assim como da *Constituição*, foi depois redator chefe. Restaurou o *Libertador*, em sua segunda fase, tendo como companheiros João Cordeiro e Antônio Martins, e depois João Lopes, chegado de Manaus.

Foi igualmente redator da *Província do Ceará*, fundada pelo brilhante Antônio Martins, entre o desaparecimento e o reaparecimento em 1885 do *Libertador*.

Em 1889 fundou a *Pátria*, jornal ardentemente republicano, e em 1894, o *Diário do Ceará* — que ainda hoje existe em Fortaleza, sob outro domínio e direção.

De ambos foi redator chefe, tendo como companheiros, no primeiro Antônio de Sant'Yago, Joaquim Catunda, Bezerril Fontenelle, A. J. Barbosa Lima; e no último, os Drs. José Lino da Justa e Alvaro de Sousa Mendes. No *Diário do Ceará* colaboraram eficaz e constantemente algumas senhoras e todos os rapazes de letras do Ceará.

No Amazonas, continuou a escrever nos jornais de Manaus especialmente no *Globo*, dirigido pelo conhecido literato Raul de Azevedo e depois em Belém do Pará, fundou e dirigiu o "Jornal" e depois colaborou no *Estado do Pará*, jornal esse que ainda vive com grande prestígio.

Proclamada a República, exerceu em começo de 1890, o lugar de 1.º Delegado da Capital.

Eleito deputado federal à Constituinte Republicana, foi logo reconhecido como orador de fôlego, de grandes recursos, sereno e lhano para com os apartes, conquistando a amizade que durou por toda a existência de ambos, do grande, imortal Epiácio Pessoa, e daí lhe veio também a grande estima dos mineiros, que sabem aquilatar do valor de quem o tem.

Propôs, em 1891, a revisão do Código Penal da República e foi o redator da Comissão da Oposição na Câmara para apresentar um projeto de pacificação no Rio Grande do Sul, comissão que se compunha dos grandes vultos da República, Epiácio Pessoa, Anibal Falcão, Brasília dos Santos, Demétrio Ribeiro e dele próprio Justiniano de Serpa.

Fez parte da Oposição constitucional de 1893 na Câmara dos Deputados, tendo sido candidato da Minoria para o lugar de 2.º secretário. Foi membro da Comissão de redação das Leis e de outras Comissões extraordinárias.

Não tendo sido reeleito Deputado Federal, em consequência da sua oposição à situação dominante contrária a Deodoro da Fonseca, voltou ao Ceará e aí fundou como emérito e inolvidável professor Antônio Augusto de Vasconcelos — que ensinou e iluminou com suas lições várias gerações de estudantes do Liceu e depois da Academia de Direito; e com o nosso maior filósofo R. de Farias Brito, Pedro de Queirós, Arruda e outros, a *Academia Cearense*, da qual foi aclamado presidente lugar que recusou, indicando o Dr. Guilherme Studart, depois Barão de Studart, que por sua vez se esqueceu lembrando a escolha desse grande vulto de cientista e etnólogo escritor primoroso e historiador, Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que foi eleito, aceitou e prestou os mais relevantes serviços à causa das Letras na Academia.

Dessa mesma Academia Cearense tempos depois, quando voltou ao Ceará eleito seu Presidente, em 1921, foi eleito presidente honorário incentivando suas atividades fazendo conclamar para os prélidos das letras os moços ainda desgarrados e reunindo a todos em verdadeiras tertúlias, a que estavam sempre presentes Antônio Sales, Tomás Pompeu, Cruz Filho, José Sombra, Sales Campos Moreira de Azevedo, Tomás Rodrigues de Paula Pessoa, Soares Bulcão.

Mas não se antecipem os fatos, na sua ordem demonstrando a trajetória desse genial "Jéca" que subiu pelo seu esforço só, até o ápice da carreira política e foi sobretudo "orador" de encantar não só às massas, como a letrados, orador político orador de tertúlias literárias e o mais fulgurante orador judiciário do júri e da tribuna forense daqueles idos, émulo do grande Evaristo de Moraes.

Não tendo sido reeleito, depois de uma estada de pouca duração no Ceará, onde adversa lhe era a política dominante e difícil a obtenção de recursos para viver com a família, embarcou, como tantos outros nas mesmas condições — Solon Pinheiro, Abel Garcia, Antônio Bezerra e outros, para o Amazonas em 12 de julho de 1896. Ali, logo depois de iniciar sua vida de advogado no Tribunal do Júri, onde obteve as mais retumbantes vitórias que se expandiam em passeiadas nas ruas de Manaus, conhecido que já era seu nome, sua cultura e integridade, foi nomeado 1.º professor de História Geral do Ginásio Amazonense, depois Diretor da Biblioteca Pública e por fim Superintendente da Municipalidade de Manaus, cargo em que fez vários melhoramentos na formosa Cidade de Manaus, sonho encantado de quem a vê pela 1.ª vez e nunca mais a esquece, cargo que deixou para não *seguir* os adversários de Fileto Pires que a este tinham derribado, apeiado do poder.

Passou-se então para Belém, do Pará, onde o acolheram a amizade, primeiro, do Governador Pais de Carvalho — que logo o fez deputado estadual, e depois Augusto Montenegro, que tinha sido *leader da maioria da Câmara dos Deputados Federais* ao tempo do Governo de Campos Sales, de tão saudosa memória, e fora depois, por duas vezes Governador do Pará.

Foi aí, por influência desse grande amigo, Deputado federal por 4 legislaturas seguidas, mandato que lhe foi conservado pelos insignes Governadores Enéas Martins e Lauro Sodré, ídolo então do povo paraense.

Foi no Pará que atingiu a culminância da sua carreira política, como orador brilhante nos prélidos da Câmara dos Deputados Federais, onde foi autor dos projetos da lei do cheque, da lei da letra de câmbio, e presidente e relator da Comissão especial do pro-

jeto do Código Civil, da autoria desse imortal jurista filósofo que foi Clóvis Beviláqua, tendo nessa Comissão discutido com verdadeiro senso e saber jurídico, milagroso, um autodidata, com os vultos dos juristas mais famosos que então ornavam essa Casa de Congresso Nacional. Dai lhe veiu a estima ininterrupta do Presidente Wenceslau Braz, seu amigo sempre, de vultos como Manuel Villa-boim, Carlos Peixoto, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e seu irmão José Bonifacio, João Luís Alves, Otávio Mangabeira, Elói de Sousa e tantos outros cujos nomes estão na estima dos parentes que ora preiteiam sua memória.

No Governo Epitácio Pessoa e por influência e insistência desse grande vulto da Pátria que tanto honrou, no país e nas assembléias internacionais em que tomou parte, foi eleito Presidente de sua terra natal - o Ceará, onde fez um governo de grandiosos empreendimentos, notadamente quanto à instrução pública, o abastecimento de água e serviço de esgoto, tendo sido seu carinho pelo ensino do povo tão intenso que foi buscar em São Paulo um grande técnico do ensino — o Dr. Lourenço Bergstrom Filho, que ora ilustra o Governo Federal nesse mesmo setor da instrução pública. Ali influiu com seu conselho para um govêrno de conciliação, nisso consistindo sua intervenção quanto à escolha de amigos e até de antigos adversários para a chapa a ser disputada nas eleições de deputados federais e renovação do terço do Senado.

Seu governo, apesar desas feição, foi um calvário de sofrimentos e agravos da injustiça e do despeito.

Adoeceu gravemente e, apesar de todos os recursos da ciência, assistência dos Professores Miguel Couto e José de Mendonça, veiu a falecer nesta Capital, a 1 de agosto de 1923.

As homenagens que lhe prestaram o então Presidente da República, Dr. Artur Bernardes, Senador Francisco Sá, o então Presidente do Ceará, Ildefonso Albano, a Academia Cearense de Letras e os amigos e o povo do Ceará, e de vários Estados, dão uma idéia da grandeza do vulto que tombara. A ele se refere o genial Gilberto Amado, nos seus livros "*História da Minha Infância*" e "*História de Minha Formação no Recife*", com os mais francos elogios e proclamando seu saber e inteligência de verdadeiro homem público.

Deixou uma prole de varões: Dr. José Serpa, que foi Procurador da Fazenda Federal nesta Capital; Jorge de Serpa, Promotor no Paraná; Raimundo Serpa, e como representante da família, a Sra. Julieta Serpa, alta funcionária do Instituto dos Comercíarios, e ainda Luísa Serpa, vários netos. Esses filhos varões, como outros que tivera do consórcio com D. Ana de Serpa, são todos falecidos.

Neste culto à sua memória vai um pouco da muita gratidão que lhe deviamos.